

A EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES E SEUS DETERMINANTES EM EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA

Yan Mota Bacelar

Universidade Federal do Ceará
yan_bacelar14@hotmail.com

Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano

Universidade Federal do Ceará
adrianogordiano@ufc.br

RESUMO

Este estudo objetiva analisar o nível de aderência das empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 aos requisitos de evidenciação do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões e Passivos contingentes. O setor de utilidade pública foi escolhido devido à sua importância e impacto na sociedade. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, documental e de natureza quantitativa. Com relação a abordagem, foi aplicada estatística descritiva, e teste de correlação entre as variáveis, através do coeficiente de *Pearson*. Também foi operacionalizada a regressão linear múltipla e utilizada a variável dependente nível de *disclosure* e as variáveis independentes tamanho da empresa, endividamento, rentabilidade, auditadas por “*Big Four*” e governança corporativa. Os resultados encontrados apontam um crescimento do nível de *disclosure* durante o decorrer dos exercícios analisados, saindo de uma média de 68,44% em 2014 para 80% em 2019. Nos testes de correlação, a variável ‘tamanho’ apresentou significância em todos os exercícios indicando que empresas maiores podem possuir um maior nível de divulgação de provisões e passivos contingentes. Por sua vez, nos testes de regressão, apenas a variável “*Big Four*” apresentou significância.

Palavras-Chave: *Disclosure*; Provisões; Passivos Contingentes.

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço da convergência da norma brasileira de contabilidade às normas internacionais através da aprovação das Leis nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as informações contábeis se unificaram, tornando-as mais claras e precisas, tanto para os agentes internos, facilitando o tratamento que deve ser seguido a cada situação específica, quanto para os usuários externos, auxiliando na tomada de decisão.

A partir da convergência das normas contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a emitir pronunciamentos técnicos que informam como devem ser elaboradas determinadas informações pela contabilidade quanto ao seu reconhecimento, mensuração e divulgação. Os critérios de reconhecimento e mensuração das provisões, passivos e ativos contingentes e suas respectivas divulgações, foi norteado pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgado dia 16 de setembro 2009, inspirado pela *International Accounting Standard 37* de 1998 (IAS 37/1998).

De acordo com o CPC 25 (2009), os passivos são obrigações presentes de uma entidade originários de eventos passados, onde se esperam a ocorrência de sua liquidação através da saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Além disso, o CPC 25 define provisões como passivos com prazos e valores incertos. Como existe o aspecto da probabilidade dos acontecimentos, é essencial que as empresas procurem conhecer e criar reservas financeiras para responder melhor aos efeitos de prováveis/possíveis ocorrências que não foram planejadas.

A divulgação das informações relacionadas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes possibilitam uma melhor análise das demonstrações contábeis por parte dos usuários externos interessados, permitindo identificar o risco do investimento, ao verificar se a determinada empresa possui ou não muitos passivos ou ativos contingentes (MESQUITA ET AL., 2018). Além de minimizar os efeitos da assimetria de informações que ocorre quando uma das partes possui melhores informações sobre determinado produto/serviço do que outras partes podendo causar desequilíbrios no mercado e cancelamento de negócios.

Segundo Suave *et al.* (2013) apenas os usuários internos sabem de fato a situação da empresa e risco que as envolvem, visto que eles acompanham suas demonstrações e resultados diariamente. Logo, a evidenciação das provisões e contingenciamentos são importantes pois tornam as informações mais transparentes facilitando a tomada de decisão dos usuários externos, pois torna a interpretação das informações contábeis mais amplas e claras.

Conforme ressaltam Antunes *et al.* (2012), investidores considerados conservadores podem ajustar os documentos contábeis considerando os passivos contingentes como não reconhecidos. Já um investidor mais arrojado, ajustam as demonstrações contábeis considerando as contingências que estão nas notas explicativas.

Diante do contexto, a presente pesquisa busca resposta para a seguinte situação problema: Qual nível de divulgação dos requisitos de evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes determinados pelo CPC 25 nas empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 nos exercícios de 2014 a 2019?

O estudo tem como objetivo geral analisar o nível de aderência das empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 aos requisitos de evidenciação do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Os objetivos específicos deste estudo são: i) comparar os níveis de aderência das empresas do Setor de Utilidade Pública listadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3) por meio da constituição de um *ranking*; ii) Identificar os requisitos que possuem maior e menor aderência; iii) analisar o alinhamento da divulgação de provisões e dos passivos contingentes com algumas características das empresas que podem afetar essa prática.

A divulgação das informações relativa a provisões e contingências se revelam importantes em empresas do setor de utilidade pública, pois como estas envolvem diretamente serviços relacionados com as necessidades básicas da população (fornecimento de energia elétrica, gás, abastecimento de água entre outras, e do funcionamento dos setores produtivos), o monitoramento de suas obrigações e potenciais despesas revela-se importante por estarem estas diretamente associadas à manutenção de seus serviços e qualidade dos mesmos.

Nesse sentido, o estudo se justifica pelos efeitos que a evidenciação dessas informações pode causar junto aos usuários, pois informam, por exemplo os riscos que os usuários externos

terão ao investir em determinada empresa, auxiliam nas análises que verificam a saúde financeira destas além de contribuir com a comunidade acadêmica, fortalecendo, especialmente, o grupo de pesquisa que acompanha a aderência das empresas aos requisitos da divulgação determinados pela norma contábil vigente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Provisões, Passivos Contingentes e Evidenciação Contábil

O CPC 25 (2009), define provisão como passivos que possuem valor e prazo incertos. Silva e Carraro (2014) complementam que a diferença entre os passivos e as provisões é justamente a incerteza da saída de recurso para que a obrigação seja liquidada.

Uma provisão será reconhecida quando forem atendidas três características a) a entidade ter uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados; b) a saída de recurso necessária para liquidar a obrigação seja provável; c) que o valor da obrigação seja feito através de estimativa confiável (HOTTA; SOUZA; VENDRUSCOLO, 2017).

O CPC 25(2009) define uma obrigação como presente quando a probabilidade da existência de tal passivo seja mais provável do que não. Entretanto, em casos raros como em alguns processos judiciais, pode-se vir a discutir se o determinado evento ocorreu ou se o evento se resultou de uma obrigação presente. Nesses casos, a entidade deve comprovar se na data do balanço já existia a obrigação incluindo também a opinião de um perito.

Tais obrigações podem ser legais, quando derivam de contratos, legislações ou ações de lei (questões fiscais, trabalhistas, contábeis), ou não formalizadas que decorrem das ações da própria entidade originadas de práticas passadas, de políticas publicadas onde assumem que aceitarão determinadas responsabilidades, gerando uma expectativa válida nas outras partes de que cumprirá estas. Exemplo seria quando danos ambientais forem causados pela entidade, gerando uma responsabilidade de reparação (CPC 25, 2009).

Quando um evento passado leva a uma obrigação presente é denominado de evento que cria obrigação. Para se configurar como tal evento, se faz necessário que a entidade não tenha nenhuma alternativa a não ser liquidar a obrigação gerada pelo tal evento. Isso ocorre nos casos em que a liquidação pode ser imposta por legislação vigente ou quando a entidade cria expectativas válidas para com terceiros, nos casos de obrigação formalizada (CPC 25, 2009).

Já os demais passivos, como exemplo os derivados de apropriações por competência (*accruals*), são reconhecidos de forma diferente pois tratam-se de obrigações já existentes por bens ou serviços recebidos ou fornecidos, mas que ainda não foram pagos sendo frequentemente divulgados em contas a pagar, ainda que, em alguns casos, haja a necessidade de se estimar valores ou prazos para esses passivos, pois tais incertezas são, geralmente, muito menores que as que ocorrem nas provisões (CPC 25, 2009). Gelbeck *et al.* (2018) complementam que os *accruals* já se caracterizam como passivos genuínos e não devem ser reconhecidos como provisões.

São exemplos de *accruals* os gastos com 13º salário e férias dos funcionários da entidade juntamente com seus encargos sociais, participações de acionistas e dividendos. Todos devem ser contabilizados no passivo.

Caso um passivo não respeite os requisitos para ser classificado como provisão, devem ser caracterizados como contingências. Kieso *et al.* (2014) explicam que as probabilidades de entrada/saída de recursos devem ser avaliadas e classificadas em: (a) provável: eventos futuros são prováveis de acontecer (b) possível: a chance de acontecer eventos futuros é menor, mas menos provável ou (c) remota: chance de acontecimentos de um evento futuro é mínima.

Para Hotta, Souza e Vendruscolo (2017), passivos contingentes são obrigações que dependem ou não de eventos futuros incertos e que não estão sobre total controle da empresa. Tais passivos necessitam de um certo grau de estimativa para tornar possível sua previsão e quantificação, além da possível chance de ocorrência de um determinado evento acontecer ou não. Por sua vez, Hendriksen e Van Breda (2009), afirmam que eles se referem a sacrifícios futuros de benefícios, oriundos de obrigações presentes de uma entidade, em consequência de eventos ou transações passadas e cuja a liquidação dependa de um ou mais benefícios futuros.

O CPC 25 informa que o termo ‘contingente’ também é utilizado para ativos e passivos que dependem da ocorrência de um ou mais eventos para poderem se concretizar e que esses eventos sejam incertos e que a empresa não tenha o seu controle total. Logo, um passivo será contingente quando não obedecer aos critérios de reconhecimento (CPC 25, 2009).

Segundo Farias (2004), as contingências são formadas, principalmente, de questões cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas. Os maiores exemplos são processos trabalhistas, que fazem parte do contexto empresarial, mudanças constantes do sistema tributário brasileiro que levam a uma grande quantidade de ações judiciais e processos de dívidas, originadas de responsabilidade solidária.

Borba e Velho (2018); complementam afirmando que os passivos contingentes que possuem natureza ambiental são originados, em sua maioria, por danos que entidades causam ao meio ambiente na execução de suas atividades.

De acordo com a *International Accounting Standard 37*; (IAS 37), juntamente com a Deliberação nº 594 da Comissão de Valores Mobiliários (CMV), as entidades não devem reconhecer seus ativos contingentes e passivos contingentes como provisões. Eles serão divulgados em notas explicativas quando forem possíveis as entradas/saídas de recursos para a entidade. Entretanto, se a possibilidade for remota, não se faz necessária a divulgação. Além disso, os valores divulgados devem passar por processos frequentes de avaliação, visto que existe a possibilidade de se tornar provável a entrada/saída de recurso, tornando necessário à sua divulgação.

Em meio a essa discussão, o Quadro 1 sintetiza o tratamento contábil dado a provisões e passivos contingentes.

Quadro 1 – Tratamento contábil de provisão e passivo contingente

Probabilidade de ocorrência do desembolso		Tratamento Contábil
Obrigação presente e provável	Mensuração por meio de estimativa confiável	Uma provisão é reconhecida e é divulgada em notas explicativas
	Não mensuração por inexistência de estimativa confiável	Divulgação em notas explicativas
	Obrigação Possível	Divulgação em notas explicativas
	Obrigação Remota	Sem divulgação em notas explicativas

Fonte: Adaptado de Gelbeck, *et al* (2018).

Logo, a forma de divulgação do passivo será diretamente ligada ao meio como foi classificado, obedecendo-se as três características: obrigação presente, probabilidade de saída de recurso e valor estimado confiável. Lopez e Martins (2007) conceituam evidenciação ou *disclosure* como uma etapa do processo contábil, tendo como princípio a demonstração das transações e eventos ocorridos no patrimônio das entidades, de forma ordenada, identificando suas composições, variações e desenvolvimento patrimonial na organização.

Para Murcia *et al.* (2010), o termo *disclosure* significa tornar algo público, divulgar, deixar evidente. No ambiente empresarial, se correlaciona com outro conceito, a transparência. Juntos, se concretizam na evidenciação das informações corporativas. Tais informações podem ser obrigatórias, ou seja, exigidas por órgãos fiscalizadores através de leis, normas, ou podem ser voluntárias, onde a empresa divulga informações não solicitadas afim de aumentar sua transparência e passar maior confiabilidade para seus investidores.

Para Oliveira *et al* (2010), o *disclosure* contábil possibilita uma redução do grau de incerteza e assimetria das informações, disponibilizando ao usuário externo uma base mais confiável para tomada de decisão. Hendriksen e Van Breda (2009) complementam que o objetivo principal da evidenciação é permitir que os investidores analisem da melhor forma a capacidade financeira das organizações.

Logo, as boas práticas de Governança Corporativa das organizações são cada vez mais exigidas. O objetivo dessas práticas é a diminuição da assimetria informacional, visando uma melhoria na transparência das empresas (LIMA, 2007).

O CPC 00 (R2) (2019) estabelece que uma informação é útil quando é relevante e representa seu conteúdo de forma fidedigna. Quanto mais comparada, verificada, compreensível e rápida (tempestiva) a informação for, maior sua utilidade. Segundo Rosa *et al.* (2016), toda informação é relevante e deve ser divulgada quando for influenciar na tomada de decisão dos gestores, investidores e demais partes interessadas.

Segundo o CPC 25 (2009) existem casos extremamente raros em que a divulgação de determinada informação pode prejudique de alguma forma a disputa dessa entidade com as demais empresas. Logo a divulgação de tais informações não é necessária, bastando apenas evidenciar a natureza geral da disputa e o motivo por não serem divulgadas com justificativa devida.

O CPC 25 (2009) divide em três itens as informações necessárias para divulgação. Os dois primeiros itens são responsáveis pelo *disclosure* de provisões e o último pelas contingências.

De acordo com CPC 25 (2009), na divulgação de passivos contingentes deve constar no mínimo: a) natureza da contingência; b) descrição do evento contingente que envolve a organização; c) chance de ocorrência de tal contingência; d) em qual instância se encontram as contingências; e) jurisprudência sobre tais contingências; f) avaliação das consequências dos sobre os negócios da companhia.

Sobre as provisões, segundo o CPC 25 (2009), deve-se divulgar em Notas Explicativas (NE) as seguintes informações: a) o valor contábil no início e no fim do período; b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; c) valores utilizados

(baixados contra a provisão) no período; d) valores revertidos durante o período; e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente e o efeito na mudança da taxa de desconto. Além disso, para cada provisão deve-se informar: a) uma breve descrição e o cronograma esperado de qualquer saída de benefícios econômicos; b) indicação de incertezas sobre o valor ou cronograma de saídas; c) valor de qualquer reembolso esperado (CPC 25, 2009).

Borba e Velho (2018), identificaram em seu estudo que as companhias não divulgaram o cronograma esperado de saídas e o montante do reembolso esperado das provisões confirmando o resultado obtido pelo estudo de Suave *et al.* (2013) e Hotta, de Souza e Vendruscolo (2017).

Para o presente estudo, serão verificados os itens 84, 85, 87 e 89 do CPC 25 (2009) que abordam além do que já foi explanado anteriormente, a verificação das informações a respeito da natureza da provisão e passivos contingentes, afim de classifica-los no mesmo grupo quando tiverem naturezas semelhantes (item 87 do CPC 25,2009) e divulgação, quando provável a entrada de benefícios econômicos para a empresa, de um breve comentário a respeito da natureza desse ativo na data do balanço, uma estimativa dos efeitos financeiros, quando possível (CPC 25,2009).

2.2 Estudos Prévios e Desenvolvimento das Hipóteses

Ao se pesquisar na literatura sobre o tema evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, encontram-se estudos sobre essa temática em vários setores empresariais.

Suave *et al.* (2013), em estudo a respeito da divulgação de passivos contingentes nas 94 empresas mais líquidas da BM&BOVESPA em 2011, identificaram que as empresas que negociam ações em bolsas fora do país apresentam mais informações. Além disso, observaram que existia uma correlação inversa entre a liquidez e a divulgação das informações, ou seja, empresas com uma menor liquidez apresentava uma maior evidenciação. Por fim, concluíram que a apresentação de uma informação mais gerencial para auxiliar os usuários externos ainda não foi atendida.

Em seu estudo, Castro (2013), ao analisar a evidenciação de provisões e passivos contingentes adotados nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica listadas na BM&BOVESPA de 2009 a 2011, constatou que a informação mais divulgada no âmbito de provisões foi uma descrição da natureza da obrigação com uma média de 95% das empresas. Já para os passivos contingentes foi a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa, estando presente em média em 85% das empresas. Por fim, ao observar a evolução de evidenciação no período analisado, identificou que houve uma queda no percentual médio nas empresas do Novo Mercado e um aumento para as companhias de nível II.

Rosa *et al.* (2016), em sua pesquisa a respeito da evidenciação dos passivos contingentes tributários em 48 empresas do segmento de energia elétrica listadas na BM&BOVESPA entre 2013 e 2014, identificaram a existência de divergências entre as informações contidas em notas explicativas e formulários de referência, pois somente eram auditadas as notas explicativas. Além disso, informações como: atualização dos valores monetários, detalhes dos processos e

mudanças na chance de ocorrência dos eventos futuros, não estavam sendo informadas pelas entidades. Se tratando de CPC 25, observaram que a falha mais frequente é a falta da informação sobre atualização dos valores. O resultado do estudo apontou que a evidenciação dos passivos contingentes tributários não foi totalmente atendida.

Hotta, de Souza e Vendruscolo (2017), em seu estudo sobre análise das provisões e dos passivos contingentes nas principais empresas de telefonia do Brasil nos períodos de 2009 a 2014, identificaram que houve um crescimento de provisões no período analisado, saindo 62% em 2010, para 332% em 2014. Entretanto, concluíram que mesmo com a melhora das informações divulgadas pelas empresas, os quesitos de evidenciação não foram cumpridos em sua totalidade.

Borba e Velho (2018), ao analisar a evidenciação das provisões e passivos contingentes das principais empresas do seguimento de carne e derivados listadas na B3, observaram que o grau de evidenciação das informações foi atendido em parte e que algumas informações a respeito dos valores do montante de reembolso esperados pelas provisões feitas e as divulgações dos cronogramas de saídas não foram informadas. Hotta, de Souza e Vendruscolo (2017), obtiveram resultados semelhantes em sua pesquisa.

Segundo Gomes (2020), ao analisar os determinantes de nível de disclosure de provisões e passivos contingentes em empresas do setor “Água e Saneamento”, “Energia Elétrica” e “Gás”, identificou que o tamanho, a rentabilidade e governança corporativa, foram os fatores que mais influenciaram no nível de divulgação. Resultados parecidos foram encontrados por Fonteles et al. (2013) e Farias et al. (2016).

Esta pesquisa estabeleceu cinco hipóteses visando identificar os determinantes do nível de *disclosure*.

De acordo com Rover et al. (2012), empresas grandes tendem a possuir um nível de *disclosure* de informações ambientais por conta do acesso a elas ser mais fácil pela sociedade. Silva, Kutianski e Scherer, confirmaram que empresas grandes tendem a possuir um nível de *disclosure* maior e de melhor qualidade devido aos benefícios vindos de tais ações tendem ser maiores do que os custos que elas geram.

H1: Empresas maiores possuem um nível maior de *disclosure* de provisões e passivos contingentes.

Segundo Cunha e Avelino (2016), o nível de evidenciação é maior em empresas com maior endividamento, pois ao se divulgar mais informações, diminui-se as suspeitas levantadas por transferências para os acionistas. Já os estudos de Leal et al. (2018) e Souza et al. (2019), constataram que o endividamento não é um fator significativo em relação ao *disclosure*. Do exposto, foi formulada a segunda hipótese:

H2: Empresas com maiores endividamento possuem um nível de *disclosure* maior de provisões e passivos contingentes.

Santos e Ribeiro (2017) encontraram evidências positivas entre rentabilidade e *disclosure* ambiental. Souza et al. (2019) encontraram um coeficiente negativo, explanando que as empresas que possuem menor rentabilidade, tendem a ter maior nível de divulgação. A partir do disposto acima, formulou-se a terceira hipótese:

H3: Empresas com maior rentabilidade possuem um nível de *disclosure* maior de provisões e passivos contingentes.

O termo ‘Big Four’ é dado as maiores empresas de auditoria, que são responsáveis pela análise das demonstrações contábeis das maiores empresas do Brasil. Em consequência disso, empresas tais empresas possuem um nível maior de *disclosure*. Silva et al. (2015) em seu estudo, encontrou uma relação positiva entre *disclosure* ambiental e empresas auditadas por ‘Big Four’. Mediante ao exposto, constitui-se a quarta hipótese:

H4: Empresas que são auditadas por ‘Big Four’ possuem maior nível de *disclosure* de provisões e passivos contingentes.

Segundo Acar e Ozkan (2017), empresas que possuem uma boa estrutura de governança corporativa tendem a divulgar mais informações pois ao atenuar as questões relacionadas a assimetria da informação impactam diretamente no nível e na qualidade das mesmas. Partindo desse exposto, foi formulado a quinta hipótese:

H5: Empresas com um nível maior de governança corporativa possuem um nível de *disclosure* maior de provisões e passivos contingentes.

Com as hipóteses definidas, são possíveis as possibilidades de avaliação das influencias de fatores sobre a divulgação de informações: tamanho, situação financeira, escolha de empresa de auditoria e governança corporativa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se, quanto à tipologia, como uma pesquisa descritiva com a natureza quantitativa pois para responder aos objetivos da pesquisa através da análise dos Demonstrativos Financeiros e Notas Explicativas das empresas utilizando de estatísticas. Prodanov e Freitas (2013) destacam que a pesquisa descritiva observa os fatos, fazendo registro, análise, classificação e interpretação, sem que o pesquisador interfira nos dados estudados e procura descobrir a natureza, características e frequência que um determinado fato/evento acontece.

Com relação à abordagem o estudo caracteriza-se como quantitativo com aplicação de técnicas de estatística descritiva sobre a amostra, e para checar a correlação entre as variáveis utilizou-se o coeficiente de *Pearson* com objetivo de verificar a causa-efeito entre as variáveis. A partir disso, o estudo irá analisar os níveis de evidenciação a respeito de provisões, passivos e ativos contingentes e será feito um *ranking* de todas as empresas do setor de Utilidade Pública listadas na B3.

Os delineamentos adotados no presente estudo foram documentais. Diante disso, a pesquisa documental que, segundo Gil (2008), é classificada em dois tipos: fontes de primárias, que não passaram por nenhum processo de análise, e fontes de secundárias que são documentos que já foram analisados de alguma forma, foi realizada nesse estudo com a utilização de fontes secundárias, notadamente as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas das empresas brasileiras do setor de utilidade pública listadas na B3 (formado pelos subsetores Água e Saneamento, Energia Elétrica e Gás), no período de 2014 à 2019.

As empresas participantes do estudo foram definidas por tipicidade, que segundo Gil (2010), é um tipo de amostragem não probabilística visando escolher um subgrupo de uma determinada população que, levando em consideração as informações disponíveis, possa representar as características de toda a população da qual foi retirada.

Assim, a amostra utilizada foi constituída por empresas do setor de Utilidades Públicas listadas na B3 e seu refinamento se dará a partir dos seguintes critérios: a) acesso aos dados; e b) existência de saldos de provisões nos Balanços Patrimoniais c) foram verificados também informações a respeito dos passivos contingentes nas Notas Explicativas. A justificativa de escolha da amostra de empresas se deve ao impacto econômico e social que os seus resultados tem/podem ter na vida da sociedade como um todo.

Em observância aos critérios de definição da amostra, participaram deste estudo 66 empresas do setor de utilidade pública, sendo 55 do subsetor de Energia Elétrica, 09 do subsetor de Água e Saneamento e 02 de Gás. A listagem completa das empresas participantes pode ser observada no Quadro 2:

Quadro 2: Empresas participantes do estudo

Empresas					
CASAN	CELG	CELPE	Energias BR	Engie Brasil	RENOVA
SABESP	CEMIG DIST	COELCE	ESCELSA	EQUATORIAL	AES SUL
COPASA	CEMIG GT	COSERN	EBE	CEMAR	GER Paranap
SANEPAR	ELETROBRAS	CEEE-D	ELEKTRO	FGENERGIA	Sto Antônio
IGUA SA	CELESC	CEEE-GT	ELETROPAR	ITAPEBI	STATKRAFT
SANESALTO	CELPA	COPEL	Eletropaulo	LIGHT S/A	TERM. PE III
AES TIETE E	CESP	PAUL F LUZ	EMAE	LIGHT	TERMOPE
AFLUENTE T	CELGPAR	CPFL Piratin	ENERSUL	NEOENERGIA	TAESA
ALUPAR	COELBA	CPFL Renovav	Energisa MT	OMEGA GER	UPTICK
AMPLA Energ	CEB	CPFL Geração	ENERGISA	PROMAN	CEG
CACHOEIRA	CEMIG	TRAN Paulist	ENEVA	Rede Energia	COMGAS

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A coleta de dados utilizou-se da técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016) divide-se o processo de análise de conteúdo em três partes: organização da análise, que consiste em separar os documentos que serão utilizados na pesquisa; codificação, o que de fato será analisado nos documentos separados; e categorização, agrupar os resultados adquiridos através das análises dos documentos.

A coleta de dados foi realizada nos sítios eletrônicos das empresas e/ou da B3, onde estão disponibilizadas publicamente as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, de onde foram coletadas as informações a respeito da divulgação sobre as provisões e os passivos contingentes.

O Quadro 3 que apresenta o *Checklist* de indicadores, que foi desenvolvido de acordo com o CPC 25 (2009) e os seus critérios de divulgação de provisões e passivos contingentes. Foram tirados os indicadores que tratavam de ativo contingente, por não estarem sendo abordados no presente estudo.

Quadro 3 - Checklist de indicadores

Dimensão	Sub Dimensão	Indicador
Divulgação	Provisões	a) Uma breve descrição da natureza da obrigação foi divulgada?

		b) É divulgado cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes
		c) Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas é divulgado?
		d) O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado é divulgado
		e) O valor contábil no início e no fim do período é divulgado?
		f) São divulgadas as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?
		g) Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período são divulgados?
		h) São divulgados os valores não utilizados revertidos durante o período?
		i) O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto é divulgado?
	Provisões e Passivos contingentes	j) São divulgados as provisões e passivos contingentes que pertencem ao mesmo grupo?

Fonte: Adaptado de CPC 25(2009).

Para quantificar os indicadores apresentados no Quadro 3, atribuiu-se escores a cada item analisado de cada empresa sendo um (1) para empresas que divulgam a informação contida no indicador e zero (0) para as que não foram divulgadas.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, procedeu-se com a formulação do modelo utilizado por Farias *et al.* (2016) e Fonteles *et al.* (2013) conforme Equação 1:

$$NDPP_i = \beta_0 + \beta_1 TAM_i + \beta_2 END_i + \beta_3 REN_i + \beta_4 B4_i + \beta_5 GC_i + u_i \quad (1)$$

Onde:

NDPP representa o Nível de *Disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes;

TAM representa o tamanho da empresa;

END representa o endividamento da empresa;

REN representa a rentabilidade da empresa;

B4 representa a variável *dummy* em relação a empresa ser auditada por uma das *Big Four*;

GC representa a variável *dummy* em relação a empresa possuir governança corporativa nos níveis Novo Mercado, Nível I ou Nível II; e

U representa o termo de erro.

O modelo econométrico contempla a variável dependente Nível de *Disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes (*NDPP*) e as variáveis independentes Tamanho (*TAM*), Endividamento (*END*), Rentabilidade (*RENT*), Big Four (*B4*) e Governança Corporativa (*GC*). O quadro 4 especifica as variáveis do modelo estatístico.

Quadro 4 - Variáveis do modelo de análise de regressão múltipla

Variável	Legenda	Proxy	Tipo de variável	Fonte
----------	---------	-------	------------------	-------

Nível de Disclosure de Provisões e Passivos Contingentes	NDPP	Itens evidenciados / (itens totais – Itens não aplicáveis)	Dependente	
Tamanho	TAM	Logaritmo do Ativo Total	Independente	Silva, Kutianski e Scherer (2017)
Endividamento	END	Passivo Exigível / Ativo Total	Independente	Cunha e Avelino (2016)
Rentabilidade	RENT	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Independente	Santos e Ribeiro (2017)
Big Four	B4	Auditadas por Big Four = 1; não auditadas por Big Four = 0	Independente	Silva et al. (2015)
Governança Corporativa	GC	Possui Governança Corporativa dos níveis Novo Mercado, Nível I e II = 1; não possui = 0	Independente	Acar e Ozkan (2017)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O modelo está de acordo com as hipóteses levantadas no referencial teórico. Através dos resultados foi possível confirmar ou não a veracidade de cada hipótese. Para análise dos dados, foi utilizado as seguintes técnicas: 1) estatística descritiva dos dados, para encontrar o nível médio de *disclosure*; 2) correlação de *Pearson*, para verificar a existência de relação entre variáveis, assim podendo analisar se o aumento ou redução nas variáveis independentes estão relacionados a variável dependente; e 3) análise de regressão múltipla, identificando os fatores determinantes do Nível de Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 1 traz os resultados encontrados a partir das técnicas de estatística descritiva:

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis

Varia.	Est.	2014	2015	2016	2017	2018	2019
NDPP	Mínimo	0,1000	0,1000	0,1000	0,1000	0,1000	0,1000
	Máximo	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
	Média	0,6844	0,7141	0,7250	0,7703	0,7937	0,8000
	Mediana	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000
TAM	Mínimo	20260,00	19880,0	19346,0	18470,0	17463,0	17189,0
	Máximo	144631697	149645408	170499427	172975359	181210208	177466715
	Média	9696751	11046462	11859760	12517716	15172842	16656464
	Mediana	4466304	5987774	6288634	6746956	8488435	8974989
END	Mínimo	0,0000	0,0397	0,0517	0,0000	0,0507	0,0403
	Máximo	5,1018	6,2059	1,8949	2,4908	2,2837	2,1601
	Média	0,6980	0,7409	0,6806	0,6818	0,6965	0,7160
	Mediana	0,6299	0,6803	0,6878	0,6977	0,6975	0,6682
RENT	Mínimo	-1,2786	-1,3256	-0,7598	-7,8821	-1,1844	-0,2933
	Máximo	5,0595	43,5294	1,6926	0,4108	11,1950	17,3725
	Média	0,1879	0,7713	0,1197	-0,0458	0,2894	0,5215
	Mediana	0,1193	0,1054	0,0902	0,0982	0,1376	0,1721

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para melhor visualização, a variável TAM, composta pelo ativo total, foi descrita como proxy, objetivando eliminar distorções no teste de regressão.

A variável que indica o nível de *disclosure* (NDPP) demonstra que na amostra, algumas empresas alcançaram o valor máximo de divulgação, o que é positivo. Além disso, pode-se observar que ao decorrer dos anos, a média foi crescendo, saindo de 68,44% em 2014 para 80% em 2019.

Ao comparar com dados dos estudos anteriores, pode-se identificar que o nível de divulgação evoluiu. Souza et al. (2019), por exemplo, em seu estudo apresentaram o *Disclosure* médio de 61% nas empresas não financeiras listadas na B3 no ano de 2016.

A tabela 2 informa as empresas com maiores aderências, ou seja, que possuíram maiores níveis de *disclosure*, empresas com menores aderências, destaques positivos, onde foram observados as empresas com os maiores crescimentos do nível de divulgação no período e os destaques negativos, com empresas com involução no seu nível de *disclosure*.

Tabela 2 – Ranking de empresas

Ano	Maiores aderências	Menores aderências	Destaque Pos.	Destaque Neg.
2014 – 2019	• Centrais Elétricas Brasil S.A - (100%)	• Uptick Particip. S.A – (0%)	• COELCE – (90%)	•Cachoeira Paulista Transm. Energia – (-20%)
	• CEMIG – (90%)	• Produtores Energét. de Manso – (2%)	• Term. Pernamb. III - (90%)	•SANEPAR - (-10%)
	• CESP – (90%)	• Eletrobras – (15%)	• Eneva S.A - (80%)	•COELBA – (-10%)
	• CPFL Energias Renováveis – (90%)	• Ômega Geração S.A – (25%)	• Renova Energia S.A - (80%)	•Eletrobras Part SA - ELETROPAR (-10%)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A empresa Centrais Elétricas Brasil S.A, divulgou no decorrer do ano todas as informações sugeridas pelo CPC, obtendo 100% da pontuação, seguido de Cemig, Cesp e CPFL que alcançaram 90%. Já a Uptick Participações S.A, foi a empresa que menos divulgou, não informando nenhum item de divulgação, seguido da Produtores Energéticos, com 2%, Eletrobras, com 15% e Ômega Geração com 25%.

Vale destacar o crescimento das empresas Companhia de Energia do Ceará e Termelétrica Pernambuco III S.A que evoluíram seus níveis de divulgação em 90% no decorrer dos exercícios, seguidos de Eneva S.A. e Renova Energia S.A, que cresceram 80%. Já a Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A foi o destaque de involução, piorando seu nível de *disclosure* em 20% seguido de SANEPAR, COELBA E ELETROPAR, com uma involução de 10%. Observou-se que também o ano em que as empresas mais divulgaram informações sobre provisões e passivos contingentes foi 2019. Já o ano com menor divulgação foi 2014.

Ao seu tempo, ao comparar os níveis de aderência das empresas do Setor de Utilidade Pública listadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3) por meio da constituição de um *ranking* e esses resultados, contribuem para o alcance do primeiro objetivo específico.

A Tabela 3 demonstra os itens de *Disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes que tiveram os maiores e menores níveis de divulgação pelas empresas.

Tabela 3 – Aderência Média dos Itens de Divulgação do CPC 25

Maiores aderências	<i>Disclosure</i>	Menores aderências	<i>Disclosure</i>
Divulgação dos valores contábeis no início e no fim do exercício	88,6%	Divulgação do cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes	1,52%
Breve descrição da natureza da obrigação foi divulgada	88,1%	Divulgação de indicação das incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas	2,41%
Divulgação dos passivos e provisões que pertencem ao mesmo grupo	82,1%	Valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso	72,98%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a Tabela 3, destaca-se que os itens mais evidenciados estão ligados aos controles internos das empresas, facilitando a obtenção de tal informação. Já os dois itens com os menores níveis de *disclosure* são falhas que foram observadas em praticamente todas as empresas do setor.

Durante os anos pesquisados, grande parte dos itens divulgados apresentaram crescimento. Destaca-se principalmente o item que trata da divulgação de passivos e provisões que pertencem ao mesmo grupo, que saiu de 69,70% de divulgação em 2014 para 82,07% em 2019, tendo um crescimento de 18,18%.

Outro destaque é para o item que retrata o valor contábil no início e no fim do período é divulgado, que teve um crescimento 16,67% durante o período de 2014 a 2019. As informações foram verificadas nas Notas Explicativas, todavia não foram encontradas justificativas para a não divulgação da informação dos cronogramas esperados das saídas de benefícios. Esse resultado corrobora com o encontrado nos estudos dos autores Hotta, Souza e Vendrusculo (2016) e Borba e Velho (2018).

Ao identificar os requisitos que possuem maior e menor aderência, atende-se ao segundo objetivo específico desta investigação.

Na Tabela 04, a seguir apresenta-se os resultados dos testes de correlação entre o nível de evidenciação com as variáveis independentes “tamanho”, “endividamento”, “rentabilidade”, “*Big Four*”, e “governança corporativa” utilizados como variáveis de controle.

Tabela 4 - Correlação entre as variáveis independentes e a variável NDPP

Variável	Info	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TAM	Coef.	0,2787	0,2748	0,2601	0,2524	0,2527	0,2444
	t	2,2851	2,2505	2,1386	2,0871	2,0737	2,0008
	Valor p	0,025**	0,0279**	0,0363**	0,0408**	0,0422**	0,0497**
END	Coef.	-0,0679	-0,0401	-0,0427	0,0798	0,1321	0,0812
	t	-0,5359	0,3161	-0,3392	0,636	1,0582	0,6467
	Valor p	0,5939	0,753	0,7355	0,5270	0,2940	0,5202
RENT	Coef.	0,2294	-0,2715	-0,1007	0,0500	0,0838	-0,063
	t	1,8563	-2,2216	-0,8040	0,3978	0,6681	-0,5014

B4	Valor p	0,0681	0,0299	0,4244	0,6921	0,5065	0,6178
	Coef.	0,1643	0,1096	0,3209	0,4559	0,3555	0,3574
	t	1,312	0,8686	2,6896	4,0987	3,0197	3,0381
	Valor p	0,1944	0,3884	0,0091***	0,0001***	0,0030***	0,0030** *
GC	Coef.	0,1553	0,2069	0,1963	0,2450	0,2057	0,2324
	t	1,2383	1,6659	1,5893	2,0221	1,6684	1,8968
	Valor p	0,2203	0,1008	0,1170	0,0473**	0,1002	0,0624*

Nota. (***) significante ao nível de 1%; (**) significante ao nível de 5%; (*) significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A partir dos resultados apresentados na tabela 4, pode-se identificar a existência de correlação positiva em todos os anos estudados, entre as variáveis TAM e NDPP, com significância a 5%. Logo, infere-se que quanto maior o tamanho da empresa, maior seu nível de *disclosure*.

Em nenhum exercício houve correlação entre as variáveis END e NDPP. Logo, a H2 não pode ser confirmada. Esse resultado corrobora com o encontrado por Leal *et.al* (2018), entretanto, diverge dos achados de Santos e Ribeiro (2017). Foi encontrado também correlação entre as variáveis RENT e NDPP no ano de 2015, com significância a 5%. Ou seja, quanto maior a rentabilidade, maior o nível de divulgação. Para os demais exercícios, não foram encontradas correlações.

De 2016 a 2019 houve correlação entre as variáveis B4 e NDPP, com um nível de significância de 1%. Logo, empresas que tiveram suas Demonstrações Contábeis auditadas por empresa ‘*Big Four*’ possuem um maior nível de divulgação. Por fim, a variável GC correlacionou-se com a NDPP apenas no exercício de 2017, com significância de 5%. Isso significa que, empresas que integram um dos níveis diferenciados de governança corporativa da B3 (Novo Mercado, Nível I ou Nível II) divulgaram mais informações sobre provisões e passivos contingentes.

As tabelas 5 e 6 apresentam os resultados da regressão múltipla.

Tabela 5 – Resultado da regressão múltipla

R ²	R ² ajustado	Erro padrão
0,2040	0,1365	0,2369

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com tabela 5, identifica-se que o coeficiente de determinação (R²) demonstra que 20,4% da variância do nível de evidenciação das informações sobre provisões e passivos contingentes são explicadas pelas variáveis tamanho, endividamento, rentabilidade, “*Big Four*” e governança corporativa.

Tabela 6 – Resultado da regressão múltipla

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
(Constante)	0,5029	0,0923	5.451	0,0001
Tamanho	0,0001	0,0001	1.186	0,2405
Endividamento	0,0539	0,0770	0.700	0,4865
Rentabilidade	-0,0321	0,0321	-1.159	0,2512
<i>Big Four</i>	0,0790	0,0790	2.735	0,0082***
Governança Corporativa	0,0647	0,0647	1.249	0,2167

Nota. (***) significante ao nível de 1%; (**) significante ao nível de 5%; (*) significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme tabela 6, a constante e a variável “*Big Four*” possuem valor-p significantes a 1%, sendo um fator determinante para o nível de evidenciação. Logo, a hipótese H4, empresas que foram auditadas por empresa “*Big Four*” possuem um maior nível de *disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes, foi confirmada.

Para as variáveis Tamanho, Rentabilidade e Governança Corporativa, que nos testes de correlação, obtiveram resultados de significância, não foram encontradas significância para o teste de regressão. Logo essas variáveis não influenciam no nível de divulgação de informações sobre Provisões e Passivos Contingentes. Sendo assim, as hipóteses H1, H3 e H5 não foram confirmadas.

Quanto a variável Endividamento, em que não houve correlação, também não foi encontrado significância para o teste de regressão. Logo não influencia no nível de *disclosure* de provisões e passivos contingentes e descarta-se a H2.

O presente estudo corrobora com o resultado encontrado por Acar e Ozkan (2017), que constataram que empresas auditadas por “*Big Four*” possuem níveis maiores de evidenciação. Entretanto, difere das pesquisas de Leal *et. al* (2018) e Souza *et al* (2019), que confirmaram a relação entre o nível de *disclosure* com as variáveis Tamanho e Governança Corporativa.

Quadro 2 – Resumo dos resultados

Hipótese	Variável Dependente	Variável Independente	Resultado
H1	Nível de <i>Disclosure</i>	Tamanho	Rejeitada
H2	Nível de <i>Disclosure</i>	Endividamento	Rejeitada
H3	Nível de <i>Disclosure</i>	Rentabilidade	Rejeitada
H4	Nível de <i>Disclosure</i>	“ <i>Big Four</i> ”	Aceita
H5	Nível de <i>Disclosure</i>	Governança corporativa	Rejeitada

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Portanto, como resultado do estudo, apenas a hipótese 4 foi aceita. Ao analisar a representatividade das provisões e dos passivos contingentes evidenciados em relação às variáveis tamanho, rentabilidade, endividamento, “*Big Four*” e governança corporativa das empresas do período de 2014 a 2019 atende-se ao terceiro objetivo específico do estudo.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o nível de aderência das empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 aos requisitos de evidenciação do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes nos exercícios de 2014 a 2019. As variáveis utilizadas para determinar essa verificação foram tamanho, endividamento, rentabilidade, “*Big Four*” e governança corporativa que são amplamente adotados em estudos dessa natureza (LEAL *et. al*; CUNHA E AVELINO; SOUZA *et. al*; SANTOS E RIBEIRO; ACAR E OZKAN).

O resultado da análise descritiva indica que houve um crescimento no nível médio de divulgação dos itens solicitados pelo CPC 25, saindo de 68,44% (2014) para 80% (2019), o que

mostra que as empresas têm se preocupado em melhorar as informações divulgadas. Ao comparar o com a pesquisa de Souza (2019), que obteve um resultado médio de divulgação de 61,2%, observa-se um avanço no processo de evidenciação contábil.

Verificou-se que a informação menos divulgada está relacionada ao cronograma financeiro de saídas de benefícios econômicos, todavia não foram identificadas nas Notas Explicativas das empresas nenhuma justificativa da não divulgação deste item.

Em todos os anos constatou-se a variável Tamanho influenciou significativamente a variável NDPP. Entretanto, nos testes de regressão não foram encontrados valores significativos, portanto a H1 não foi confirmada. Para as variáveis Rentabilidade e Governança Corporativa, houveram correlações em anos específicos, sendo eles, 2015 e 2017, respectivamente. Contudo, não foi encontrada no teste de regressão relação significativa, descartando-se as hipóteses H3 e H5. Não houve correlação entre a variável Endividamento e NDPP, em nenhum dos exercícios, portanto rejeita-se H2. Por fim, a variável “*Big Four*” se correlacionou com a variável NDPP nos anos de 2016 à 2019.

Como resultado da regressão múltipla, verificou-se que apenas a variável “*Big Four*” é determinante para o nível de divulgação. Logo, confirma-se a H4. Constatou-se também que 20,4% da variância do Nível de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes é explicada pelas variáveis abordadas no estudo.

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados para demais setores/empresas, pois a amostra utilizada é composta apenas por empresas do setor de utilidade pública listadas na B3 nos anos de 2014 à 2019.

O presente estudo contribuiu ao verificar a adesão das empresas as obrigações de divulgação exigidas pelo CPC 25 - Provisão e Passivos Contingentes. Vale ressaltar que o estudo também contribuiu para comunidade acadêmica ao realizar testes com variáveis como provas prováveis de determinação de nível de divulgação, dando continuidade à estudos anteriores semelhantes, aplicando seus conceitos em um novo segmento e período.

Como oportunidade para próximos estudos, recomenda-se verificar essas variáveis em outros setores e períodos, bem como identificar o motivo pelo qual as empresas têm dificuldade de divulgar o item relacionado ao cronograma financeiro de saída de recursos.,

Com isso, conclui-se que as empresas evoluíram os seus níveis de divulgação, ou seja, estão mais preocupadas com suas transparências de informações. Entretanto, ainda possuem dificuldades para divulgar os itens relacionados ao cronograma financeiro.

REFERÊNCIAS

- ACAR, E.; OZKAN, S. Corporate governance and provisions under IAS 37. *EuroMed Journal of Business*, v. 12, n. 1, p. 52-72, 2017.
- ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; NETO, O. R.. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5-19, jan. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Brasil: Edições 70 Ltda, 2016.

BEUREN, I.M.; RAUPP, F.M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

BORBA, C. C. C. B; VELHO, C. O. Análise da evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das principais empresas do segmento de carne e derivados listadas na B3. **III CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS**, 1, 2018, Rio Grande do Sul, Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/93870>> Acesso em: 06 out. 2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação **CVM Nº 594**, de 15 de setembro de 2009. Disponível em:< <http://www.cvm.gov.br>> Acesso em: 05 de out. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)** - Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro, de 10 de dezembro de 2019 (2019). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília: CPC, 2009. Disponível em:< <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>> Acesso em: 05 de out. 2019.

CASTRO, F. F. G. *In*: CASTRO, F. F. G: **Evidenciação de provisões e passivos contingentes adotados nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica listadas na BM&BOVESPA**. Trabalho de conclusão de curso, Graduação (Ciências Contábeis) 16, Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em:
<http://www.repositoriobib.ufc.br/000018/00001838.pdf>. 07 de out. 2019

CUNHA, I. M. de A.; AVELINO, B. C. Fatores que influenciam o nível de disclosure voluntário de empresas listada na BM&Bovespa. *In*: XIII CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

FARIAS, R. B.; HUPPES, C. M.; LOPES, A. C. V.; NORILLER, R. M. Fatores Explicativos do Índice de Disclosure das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Pertencentes ao Índice Bovespa. *In*: XIII CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S. do; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&BOVESPA. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, p. 85-98, 2013.

GELBECK. et al. **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo. Atlas. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, L. Fatores determinantes da evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em companhias do setor de utilidade pública. XLIV ENCONTRO AMPAD, evento on-line – 14 à 16 de outubro de 2020.

HENDRIKSEN, Edson S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed., São

Paulo: Atlas, 2009

HOTTA, M. M.V.; SOUZA, R. B. L; VENDRUSCOLO, M. I. **Análise das provisões e dos passivos contingentes nas principais empresas de telefonia do Brasil de 2009 à 2014.** 2015, Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147391> Acesso em: 15 de out. 2019

KIESO, D. P., WEYGANDT, J. E., & WALFIELD, T. (2014). *Intermediate Accounting – IFRS Edition*. (2a ed.). Nova Jersey, EUA: Wiley.

LEAL, P. H.; OLIVEIRA, M. C.; COSTA, B. M. N.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional. **Revista Ver Paraná** v. 37, n. 3, p. 37-54, setembro/dezembro 2018.

LIMA, G. (2007). **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileira.** Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-26112007-165145/en.php> Acesso em: 09 de out. 2019.

MESQUISTAS, K. M. P., Carmo, C. H. S. do, & Ribeiro, A. M. (2018). **Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro:** uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(1), 91–109. doi: 10.4025/enfoque.v37i1.34183.

MURCIA, F. D. et al. Impacto do nível de *disclosure* corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. v. 10. São Paulo. FEA/USP, 2010.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2013 2. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. Feevale, 2013.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.. **Estudando teoria da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

ROSA, C.A. (2014). **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil.** 2014, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129202> Acesso em: 15 de out. 2019

ROSA, P; MAGALHÃES, R; FERREIRA, L; PETRI, S. Evidenciação dos passivos contingentes tributários: Comparação das informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência. In. **XVI CONGRESSO INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING**, 1, 2016, São Paulo, **Anais** do XVI International Conference in Accounting, São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <
https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos162016/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=2

[80&titulo=Evidencia%20Dos+Passivos+Contingentes+Tribut%20rios%3A+Compara%20das+Informa%20es++divulgadas+em+Notas](#) > Acesso em: 05 out. 2019

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012.

SANTOS, Kelli Regiane Andrade; RIBEIRO, Flávio. Relação entre o nível de disclosure ambiental e os indicadores econômico-financeiros de empresas listadas no ISE da BM&FBovespa. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2017. **Anais** [...]. Anais ADM 2017. Ponta Grossa: ADM 2017, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/30or0P5>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, T. S.; CARRARO, W. B. W. H. Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. **Revista ConTexto**. v. 14, n. 27, p. 89-103, maio/agosto, 2014.

SILVA, M. C.; KUTIANSKI, S.; SCHERER, L. M. Fatores explicativos do nível de evidenciação de informações sobre o ativo imobilizado: um estudo nas empresas do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 34-56, dez. 2017.

SILVA, M. N.; LIMA, J. A. S. O.; FREITAS, M. A. L.; SILVA, L. L. F. Determinantes do disclosure ambiental nos relatórios de empresas listadas na Bovespa. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 7, n. 2, p. 01-15, jul./dez. 2015.

SOUZA, M. M.; MARTINEZ, A. L.; MURCIA, F. D.; BASTOS, S. A. P. Os determinantes do cumprimento das normas de disclosure das provisões e das contingências ativas e passivas na B3. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, c. 2, maio/ago, 2019.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 11, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicaunifebe/article/view/130>
Acesso em: 19 de out. 2019